

A IDENTIDADE DOS BAIRROS POPULARES DE CAMPO GRANDE-MS: O CASO DA FAVELA CIDADE DE DEUS E SUAS CONTRADIÇÕES

Renato Duarte¹ – UFGD
duarterd@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo refere-se ao processo de reordenamento urbano que sofreu a capital sul-mato-grossense, Campo Grande – MS, que durante sua concepção sofreu um processo de ocupação desordenada em áreas determinadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG) que estabeleceu através de seu plano diretor a mudança ou realocação destas pessoas para áreas na periferia da cidade que são áreas mais seguras que recebem a gestão do Estado no processo de organização, gerenciamento e distribuição. Como é o caso da favela Cidade de Deus que se localiza próximo ao lixão de Campo Grande – MS sendo formada principalmente por agentes de reciclagem que ocuparam aquela região devido à proximidade da sua região de trabalho. Mesmo que este processo não atinja os desejos da população que participam deste processo.

Palavras chave: Habitação – Desfavelização – Cidade de Deus – Identidade – Estado

INTRODUÇÃO:

A urbe de Campo Grande – MS durante as duas últimas décadas está passando por uma mudança significativa na sua paisagem. A cidade contava com uma configuração muito diferente da atual. Havia ocupação de áreas de risco próximas aos diversos rios e riachos que estavam localizados ao longo da cidade. Havia também ausência de saneamento básico na maioria da cidade.

Devido, principalmente, a política de incentivo do governo federal foi estabelecida uma mudança no Plano Diretor da cidade promovendo uma mudança na política urbana da cidade. Tal política visa melhor acesso a moradia para a

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Silvana de Abreu.

população de baixa renda, a promoção do saneamento ambiental, a regularização de áreas irregularmente ocupadas, estabelecer e gerir as leis de uso e ocupação do solo através da promoção do zoneamento da cidade e finalmente promoção de políticas de saneamento básico.

O objetivo do plano é como cita no Título II, no Capítulo III – Meio Ambiente Inciso II do Art. 5º de “Elaborar programas e estudos baseados nas condicionantes ambientais e sócio-culturais locais para definição de gestão integrada dos resíduos sólidos e de esgotamento sanitário.” (PLANURB, 2006).

A partir do novo plano diretor é possível perceber considerável mudança na paisagem da cidade. A periferia, fundamentalmente os bairros mais pobres, recebeu readequação dos seus espaços no tocante passaram por obras de saneamento básico, asfalto, construção de postos de saúde, escolas dentre outras ações. As áreas de favelas que se localizavam relativamente perto do centro da cidade próximas aos córregos presentes no município foram realocadas para periferia do limite urbano da cidade.

Tal condição evidentemente não acontece sem conflitos e interesses. Quando há investimento público que melhora e valoriza um bairro ou uma região da cidade, evidentemente que tem questões de ordem política que acabam por definir os investimentos e também os que serão contemplados. Isso aconteceu no bairro Dom Antônio Barbosa já que os sujeitos a terem direito de acesso a casas populares financiadas foram definidos sem que houvesse claros critérios para a gestão e a distribuição destas moradias. O referido bairro aglutina em sua área a favela da Cidade de Deus que se localiza próxima ao lixão da capital sul mato-grossense local no qual estes moradores desempenham suas atividades profissionais de agentes de reciclagem.

A prefeitura municipal de Campo Grande – MS (PMCG) com o intuito realizar o processo de desfavelização que a urbe necessitava promover a construção de um conjunto habitacional no local que no contato inicial com os moradores este conjunto habitacional seria somente para pessoas que viviam na favela da Cidade de Deus, como o processo de distribuição de residências que não contemplou todas as famílias que viviam naquele local, pois muitas pessoas não conseguiram atender as exigências realizadas pela PMCG. Houve ocupações de moradias que não foram

distribuídas e a vinda de moradores de outras regiões das cidades para aquelas unidades habitacionais que seriam disponibilizadas para os residentes da Cidade de Deus. Tal fator contribuiu para um conflito de identidade, pois nesta região temos uma série de pessoas que desenvolvem a atividade de separação dos resíduos coletados no lixão em suas casas gerando um mal estar entre os vizinhos que não estão acostumados com aquela situação. Ocasionalmente assim para uma série de conflitos que serão abordados ao longo deste artigo.

DESENVOLVIMENTO:

A questão da habitação popular em Campo Grande – MS, principalmente referente ao seu processo de desfavelização, provocou muitas mudanças na paisagem da capital Sul mato-grossense, dentre as principais alterações que ocorreram podemos mencionar o aumento da rede de esgoto. Pois somente 50% de suas residências tinham acesso à rede de esgoto e na área habitacional o déficit era de 18,951 unidades habitacionais além da necessidade de desfavelização das áreas de risco como aponta ARRUDA (2006)² estes investimentos ocorreram devido a vinda de verbas provenientes do governo federal, com isso a cidade recebeu uma série de projetos que visavam principalmente melhorar o saneamento e procurar amenizar a questão habitacional nesta cidade. O processo de desfavelização da urbe de Campo Grande - MS se inicia com a homologação, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS (PMCG), do Plano Diretor do Município. Que apresenta na Lei nº 94/2006 a fundamentação necessária para promover e revisar a política municipal de habitação a fim de atender o interesse social. Estabelecendo as seguintes leis.

I – promoção do acesso da população carente à moradia digna dotada de toda infraestrutura básica, saneamento ambiental e com disponibilidade de serviços públicos;

II – regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de uso e ocupação

² ARRUDA, V. M. A. Rede de avaliação e capacitação para a implementação dos planos diretores participativos. (2006) disponível em:

http://web.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/images/relatorio_campo_grande.pdf

acessado em: 30/01/2013

do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

III – urbanização e implementação de melhorias habitacionais das áreas regularizadas;

IV – implementação de ações restritivas a qualquer tipo de ocupação de área de risco;

V – Promoção de projetos comunitários de construção de habitações de interesse social e de obras de saneamento básico;

VI – implantação de projetos habitacionais em Zonas de Interesse Social, conforme legislação municipal específica;

VII – estímulo a participação de associações, cooperativas e empresas privadas, na construção de empreendimentos habitacionais de interesse social;

VIII – implantação da assistência técnica gratuita a habitação de interesse social, na forma de seu regulamento. (PLANURB, 2006)

Segundo uma entrevista do ex-secretário municipal de habitação, Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun, durante as comemorações de 34 anos do estado do Mato Grosso do sul, o maior desafio para a administração municipal era a desfavelização:

“A grande conquista deste processo é a desfavelização de Campo Grande. Quando eu assumi a Empresa Municipal de Habitação [EMA] fiz um grande levantamento das favelas e constatei que havia 172 na Capital. [...] e desenvolvemos um trabalho permanente para acabar com as favelas da cidade”.³

A grande busca da PMCG era acabar com as favelas que ocupavam as regiões próximas aos córregos que cortam a capital⁴ onde se fixavam as áreas de maior preocupação dos governantes.

Na Constituição Federal o artigo 182 prevê que a política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público municipal “tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.” (Brasil, 1988).

³ **MARUN, Carlos Eduardo.** Na semana de aniversário de MS, secretário fala sobre importância da habitação – entrevista concedida a Camila Bertagnolli. *MSreporter*. Entrevistas. 10/10/2011. disponível em: <http://www.msreporter.com.br/na-semana-de-aniversario-de-ms-secretario-fala-sobre-importancia-da-habitacao/>. Acesso em 20/12/2012.

⁴ A maior parte do território campo-grandense está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e apenas uma pequena porção Noroeste do seu território está incluso na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai. Existem 33 córregos identificados e nominados dentro do perímetro urbano distribuídos em dez unidades de gestão - microbacias. Disponível em: http://www.pmcg.ms.gov.br/meioambiente/canaisTexto?id_can=3095. Acesso 10/12/2012.

Tanto a Constituição Federal como a política nacional de habitação (PNH) que foi implementada em 2004 tornou-se um indicativo das ações que seriam direcionadas pelo governo federal naquele período. Segundo o próprio documento, (Ministério das Cidades: 2004: 29)

O PNH é “coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade e com as diretrizes do atual governo, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática”. Nesse sentido, visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social. (Ministério das Cidades: 2004: 29)

Em Campo Grande que ocorreu a partir de que se iniciou em 1997 com seu processo de diagnóstico feito pela Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS (PMCG)

Com o alinhamento entre as políticas do Governo Federal para acabar com o déficit habitacional no país o governo municipal aproveitou este direcionamento e promoveu uma de captação de recursos do Governo Federal, Governo Estadual e municipal para combater o déficit habitacional na urbe de Campo Grande, além de estabelecer uma parceria pública privada⁵.

Através dessas associações os governos estabelecem e implementam projetos urbanos que dão conta de atender parte da demanda social por moradia para as pessoas menos favorecidas e também atender o capital que necessita de uma cidade com belas paisagens e fluxos urbanos mais eficientes para atender o trabalho e a produção, promovendo o saneamento das áreas ambientalmente comprometidas, como os fundos de vales ocupados e recolocando essa população, de baixo poder aquisitivo na região periférica da cidade a fim de atender o interesse do capital, como explica POULANTZAS (2000) ao analisar o Estado democrático e seu papel em uma sociedade capitalista:

⁵ No Estado de Mato Grosso do Sul, em relação aos projetos habitacionais está instalada a relação/parceria governo federal + governo estadual + governo municipal, pois nesta co-gestão cada um dos poderes exerce um papel. O Governo Estadual é a entidade organizadora das propostas e participa com contrapartida financeira variável; o Município é o parceiro na doação dos terrenos infraestrutura básica + contrapartida financeira estimada em R\$ 2.000,00/unidade para intervenções concentradas e R\$ 3.000,00/unidade para intervenções pulverizadas. A União, comparece nos Municípios < 20.000 habitantes c/ subsídio de R\$ 8.000,00/unidade habitacional. Em Municípios com 50.000 habitantes, c/ subsídio de R\$ 9.000,00/unidade habitacional. Disponível em: <http://www.sehac.ms.gov.br/> acessado em 22/10/2011.

Essa análise leva em consideração o fato de que o Estado existe a priori para reproduzir as políticas de interesse das classes hegemônicas, porém, ao mesmo tempo, procura garantir o atendimento das classes dominadas para respaldar a representatividade do próprio Estado, fundamentalmente em condições de democracia, em que é preciso exercer o papel ideológico, evitar descontentamentos generalizados e minorar conflitos.

Podemos destacar David Harvey (2001) quando trata o Estado e seu papel nas políticas públicas de desenvolvimento:

O Estado é responsável pelo empreendedorismo urbano, indicando o padrão de conduta na governança urbana que combina os poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONG's) e interesses privados (empresarias e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro. (HARVEY, 2001, p.230)

Trata-se, neste trabalho, de entender a atuação do governo municipal a disposição das moradias populares da urbe, no caso da favela Cidade de Deus, que tem como características principais ser localizada aos pés do lixão de Campo Grande – MS, sendo a maioria dos moradores dessa favela formados por catadores de materiais para reciclagem e que trabalham no lixão da cidade. A questão deste loteamento pode ser abordada em dois enfoques: 1º) realizar o processo de fornecimento de moradia legalizada para a população favelada, para que a mesma deixe de viver em barracos e ter o acesso ao saneamento básico; 2º) é melhorar a saúde da população com o fornecimento de moradias que tem melhores condições sanitárias.

Busca-se, resolver a questão da moradia própria. O grande sonho das pessoas que vivem nas cidades é a conquista da tão famosa casa própria, ideologia reproduzida pelos setores públicos como objetivo maior da vida do trabalhador, das famílias e da massa populacional em qualquer lugar do mundo.

O ideário da habitação popular encontra, assim, na periferia, o espaço de reprodução não apenas da moradia popular, mas também da condição perfeita de obtenção do apoio popular para manutenção e sustentação do poder político⁶.

A composição de um novo bairro onde era a favela Cidade de Deus esbarrou, no entanto, no sonho da moradia de seus moradores porque essa região sofreu um processo de desfavelização, mas o ideário dos moradores da favela era de que seria somente feita a troca dos barracos que existiam por casas populares. Porém do total de 100 famílias que viviam no local, somente 80 fizeram inscrição para terem uma casa e dessas 80, somente 10 foram contempladas com o recebimento de uma casa. Isso ocorreu porque havia algumas condições para fazer a inscrição e para ter acesso a uma casa, mas não estavam claro quais eram as regras.

Evidentemente que tal situação gerou uma série de contratemplos. É o caso da ocupação de algumas residências que não foram distribuídas para a população e a vinda de moradores de outras regiões das cidades para viverem naquele espaço.

Isso quer dizer que apenas alguns puderam ficar e tal condição nos leva a questionar se a população local, no caso da favela Cidade de Deus, perdeu sua identidade? E, ainda, como fica a relação com as pessoas que provém de outras regiões da cidade que são fixadas naquele novo lugar?

Ressalta-se a importância da questão da relação espaço-tempo que é diferente na cidade para a população que vive no centro e para a população da periferia, mais acostumada a grandes distâncias e trajetos. Verifica-se a percepção de HARVEY (2001) *sobre o tempo e o espaço*:

Em primeiro lugar, as comunicações contemporâneas derrubaram as "fronteiras usuais do espaço e do tempo", produzindo tanto um novo internacionalismo como fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social. Essa "fragmentação produzida" existe num contexto com tecnologias de comunicação e transportes capazes de lidar com a interação social no espaço de maneira bem diferenciada. A arquitetura e o projeto urbano viram-se, portanto, diante de oportunidades novas e mais amplas de diversificar a forma espacial do que ocorrera no período pós-guerra

⁶ Termo utilizado por RAFFESTIN. C. conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um estado determinado.

imediatos. Formas urbanas dispersas, descentralizadas e *desconcentradas* são hoje mais factíveis tecnologicamente do que antes. (HARVEY, 2001, p.77).

Constatamos que as estruturas da organização espacial afetam as relações do tempo nas cidades, distinguindo em duas categorias, sendo materializadas nas ações do cotidiano. O cotidiano, principalmente nas grandes cidades, é um retrato da estrutura da sociedade e autores como Lefebvre (1991) o consideram tão importante que afirma que “quando as pessoas não podem mais viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. Só então. Enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem” (LEFEBVRE, 1991, p.39).

Assim, quando podemos investigar as ações do cotidiano podemos verificar a lógica das relações estabelecidas percebendo a dinâmica da vida urbana e os impactos na sociedade. Portanto com a dinâmica de organização da população que vivia em áreas de risco na urbe de Campo Grande - MS e que foi realocada, percebe-se que esse movimento contribuiu para provocar a inquietação, pois estas pessoas viviam cotidianamente com diversas mazelas, no caso favela Cidade de Deus, desde a violência à indiferença e opressão, e tais condições foram sempre superadas pelo estreitamento de laços com seus pares e a consolidação de uma identificação com o território da cidade no qual estão inseridos e pertenciam.

Segundo MAFESOLI (1985), as pessoas se organizam em movimentos, grupos associações de acordo com suas afinidades como descreve o fragmento abaixo:

Diversas redes, grupos de afinidades e de interesse, laços de vizinhança que estruturam nossas megalópoles. Seja ele qual for o que está em jogo é a potência contra o poder, mesmo que aquela não possa avançar senão mascarada para não ser esmagada por este (MAFESOLI, 1998, p.70).

Com isso temos estabelecimento das relações com os vizinhos e as relações com a rua, o bairro e com a região onde se estabelece a questão de identidade como caracteriza MACHADO (2010):

A construção e a reconstrução de identidades não constituem um processo linear. Trata-se de um processo eivado de contradições e ambiguidades, os símbolos envolvidos nem sempre tendo a mesma eficácia. Altamente complexo, o jogo de identidades pode ser facilitado ou dificultado, de acordo com as condições sociais em que se dá. Nesse sentido, a presença de

'marcos' ou referenciais histórico-geográficos pode ser um fator decisivo na construção e reconstrução de identidades. (MACHADO, 2010, p.93)

Portanto, as relações estabelecidas nesta região da favela da Cidade de Deus, em Campo Grande – MS serviram para reforçar as relações das pessoas com o território, pois naquele espaço ocupado para formação da favela fora estabelecido, inclusive e primeiramente uma relação com a própria produção de suas existências, já que se tratavam de agentes de reciclagem que trabalhavam no lixão e por isso tem toda uma história com o local. Foi a definição do lugar de trabalho que levou posteriormente a formação de um local de residência. Essas famílias tinham e tem com aquele lugar todo um histórico de luta e dificuldades que promoveu a consolidação daquele território e que entende-se se poderia considerar como a configuração da formação de um entre lugar, como denomina HANCIAU (2005) que define como:

O conceito de entre – lugar torna-se particularmente fecundo para reconfigurar os limites difusos entre o centro e a periferia, cópia e simulacro, autoria e processos de textualização, literatura e uma multiplicidade de vertentes culturais que circulam na contemporaneidade e ultrapassam fronteiras, fazendo do mundo uma formação de entre – lugares. (HANCIAU, 2005, p, 125)

O estabelecimento de um bairro popular permite a interação com pessoas que não estão estabelecidas ali antes com esse processo de busca pela moradia e pelo sonho da casa própria, além de aglutinar pessoas que não entendem o viver-trabalhar do outro que ali já estava. Já que os agentes de reciclagem, que eram os “donos do lugar” passam a ser vistos a margem da sociedade de produção por uma profissão por parecerem ser pessoas desocupadas ou que estão nesta profissão para realizar atividades ilícitas.

Ressaltamos o impacto da vinda de moradores de outras regiões para este local porque embora as pessoas realizem a conquista da casa própria, não tem a mesma relação com a região e com a vizinhança. Aspectos que levam a uma série de conflitos sobre diferentes objetivos.

HANCIAU (2005) ressalta que:

A coexistência de dois modelos de referência, habitualmente incompatíveis, causa-lhe um choque ou colisão cultural, levando-a a rumar para uma nova consciência, a abandonar a margem oposta, a deixar para trás a cultura

dominante, apagando-a, para atravessar a fronteira, na trajetória de um espaço intermediário em direção a outro território completamente novo. (HANCIAU 2005, p, 133)

Com as devidas considerações e com a aglutinação de diversas pessoas que apresentam condições sociais e culturais de origens diferentes, se consolida um outro território, conflituoso, já que a favela Cidade de Deus foi formada por pessoas que se fixaram naquela região da cidade quando ela era indesejada, mas para lá foram por uma necessidade de estarem próximos a condição de trabalho que tiveram acesso, já que trabalhavam no lixão da cidade para sobreviver, portanto utilizam suas residências para depósito de alguns materiais recolhidos. A vinda de pessoas de outras regiões da cidade que não tem essa identificação com o tipo do trabalho desenvolvido pelas pessoas da região traz conflitos porque o lixo para essas pessoas não pode ficar na casa, antes pelo contrário, deve ser retirado delas e a convivência com tal condição incomoda e em tese desvaloriza “seu imóvel”.

CONCLUSÃO:

Pode-se concluir que embora seja importante o processo de desenvolvimento das cidades e o processo de planejamento dos governos, exercendo o seu papel político de gestar e gerir políticas, o processo de se colocar ou recolocar a população em determinados locais vai muito além do que a distribuição de casas.

Compreendemos como LANCHER (2005) apud ABIKO (1995) que “a habitação popular não deve ser entendida meramente como um produto e sim como um processo, com uma dimensão física, mas também como resultado de um processo complexo de produção com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos, tecnológicos”. Além disso, neste conceito, o autor propõe que a habitação não se restringe apenas à unidade habitacional, para cumprir suas funções, mas inclusive as condições em que aquela habitação agrega no lugar em que esta inserida. Assim, além de conter um espaço confortável, seguro e salubre, é necessário que seja considerada de forma mais abrangente (ABIKO, 1995):

- *serviços urbanos: as atividades desenvolvidas no âmbito urbano que atendam às necessidades coletivas de abastecimento de água, coleta de esgotos, distribuição de energia elétrica, transporte coletivo, etc.;*
 - *infra-estrutura urbana: incluindo as redes físicas de distribuição de água e coleta de esgotos, as redes de drenagem, as redes de distribuição de energia elétrica, comunicações, sistema viário, etc.;*
 - *equipamentos sociais: compreendendo as edificações e instalações destinadas às atividades relacionadas com educação, saúde, lazer, etc.*
- (LANCHER, 2005, p.6)

Podemos mencionar que o processo de distribuição e realocação de residências que estão nas chamadas áreas de risco também vão muito mais além que o processo de construir um conjunto habitacional. Corresponde principalmente a um processo de análise do perfil da população que será designada para determinada região. Quem vai e para onde vai não é apenas uma condição racionalizada numericamente.

Além do estabelecimento deste perfil é preciso o estabelecimento de políticas para dar condições de desenvolvimento desta população.

Além de casas próprias as pessoas precisam de meios para conseguir pagar “suas casas” mesmo que estas estejam em um perfil de baixa renda conhecido nos programas assistenciais do governo federal, municipal ou estadual.

Além de custos com as prestações das residências as pessoas têm custos com água, luz e transporte para acessar os serviços que estão longe de seus bairros já que a maioria destes conjuntos habitacionais estão sendo localizados nas áreas de periferias, mantendo o perfil expansionista da sociedade capitalista pelo espraiamento da malha urbana incorporando áreas que valorizam e justificando a disposição dos itens básicos para o desenvolvimento das cidades e a valorização do capital imobiliário, mas também outras faces do sistema.

Finalmente, cabe aos governos, respondendo ao Estado capitalista, procurar maneiras para minimizar questões que vão deste a identidade com o local ou até com programas de qualificação/requalificação profissional a fim de estabelecer esperança de uma vida melhor para a população das periferias mesmo que para se realizar isto se faça uma parceria pública privada, parceria esta que já fora estabelecida para a construção destes empreendimentos.

Na favela Cidade de Deus há a necessidade de atender primeiramente as pessoas que estavam fixadas naquela região e que já apresentam uma identificação com o local, promovendo distribuição de residências que congreguem os semelhantes e também a necessidade de uma política de inserção social como mencionamos anteriormente para retirar estas pessoas da situação do subemprego e promover a formação e a adequação daqueles indivíduos que vivem naquele espaço, fundamentalmente na sua relação com a sua atividade laboral, qual seja, projetos de reciclagem de lixo e seu aproveitamento.

Certamente melhores condições de trabalho e renda minimizam conflitos. Aspectos contraditórios do capital que não significam superação de modelo de desenvolvimento, mas defesa da vida.

REFERÊNCIAS:

- BARAT, J. *Política de Desenvolvimento Urbano; Aspectos Metropolitanos e Locais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.
- BARTHES, R. *A câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BINDÉ, J. *Cities and environment in the twenty-first century*. Paris: Elsevier Science, 1998.
- BISCHOF, R.; KLINTOWITZ, D.; REIS, J; (Org.) Como produzir moradia bem localizadas com recursos do programa minha casa minha vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. 132 p.
- BONDUKI, Nabil, Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In *Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*. 2008 disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb>
- BRUNA, G. (org). *Questões de organização do espaço regional*. São Paulo. NOBEL/EDUSP, 1983
- CHOGUILL, C. L. *Cidades sustentáveis: um pré-requisito para o futuro*. São Paulo: Mackenzie, 1993.
- Contemporânea. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- DOWBOR, L. *Introdução ao Planejamento Municipal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HANCIAU, Núbia J. **Entre Lugar**. In: FIGUEIREDO, Euridice (Org) *Conceitos de Literatura e cultura*. Juiz de Fora. UFJF, 2005, p. 125 – 142.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*, São Paulo: Loyola, 1993.
- JACQUES, M.G. Identidade. Em: STREY, M. N. et al. *Psicologia Social*
- KOHLSDORF, M. E. . *Planejamento Urbano no Brasil: um esboço histórico*. Brasília, 1976 (Mímeo).
- LARCHER, M. V. J. Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social. Curitiba. Disponível em: <http://www.prppg.ufpr.br/ppgcc/sites/www.prppg.ufpr.br/ppgcc/files/dissertacoes/d0068.pdf>

- LEFEBVRE, H. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. *O direito a cidade*. São Paulo: Moderna, 1991.
- LIMA, E. F. de. *Meio ambiente Urbano: contribuição ao estudo do meio físico no setor norte de Uberlândia (MG)*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.
- MACHADO, E. G. Planejamento e agentes urbanos no Brasil. *Pensar* (UNIFOR), v. 13, p. 95-106, 2008.
- MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério et al. O desenvolvimento da faixa de fronteira – uma proposta conceitual – metodológica. IN: Oliveira , Tito C. M. de (Org.) Territórios sem limites – estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- MAFFESOLI, M. O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MINTZBERG, H. & QUINN, J. B. *O processo da estratégia*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MOTA, S. *Planejamento Urbano e Preservação Ambiental*. Fortaleza: Edições UFC, 1981.
- REZENDE, D. A. & CASTOR, B. V. J. *Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas*. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.
- ROUSSEAU, Jean Jacques – Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens / Jean Jacques Rousseau; [introdução de João Carlos Brum Torres]; tradução de Paulo Neves. – Porto Alegre, RS : L&PM, 2008.
- SANTOS, M. *A urbanização Brasileira*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. *Seleção de Textos*. nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de Campo. In: *Geografia Física Geomorfologia: uma (re)leitura*. Ijuí: Editora da UNIJUI. 2002
- TOLOSA, H. C. Política Urbana e Redistribuição de Renda. In: CALVACANTE, M. & TOLEDO, A. H. P. de. *Planejamento urbano em debate* São Paulo. Cortez & Moraes, 1978, p. 19-46.

WEBGRAFIA:

- <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D017%20-%20Os%20muitos%20centros%20de%20uma%20cidade.htm> acessado em 24/01/11
- <http://www.spsitecity.com.br/megalopole/interna.htm> acesso em 20/01/04 21:42
acessado em: 20/10/2010.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm acessado em: 20/01/2010
- http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=137&Itemid=55 acesso em 27/09/11 as 16:00
- http://www.sehac.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=119&id_comp=1701&id_reg=5081&voltar=home&site_reg=119&id_comp_orig=1701
- <http://urbanidades.arq.br/2010/07/anglica-uma-cidade-modernista-no-interior-do-mato-grosso-do-sul/> acessado em 22/07/2010.
- <http://www.abnt.org.br/default.asp> acessado em:20/07/2010

<http://www.capital.ms.gov.br/planurb> acesso em 22/07/2010 acesso 10:40. Acessado em 23/07/2010

<http://www.pmcg.ms.gov.br> acessado em 22/07/2010

<http://www.ms.gov.br> acessado em 22/07/2010

[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(097\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(097).htm) acessado em 20/01/11

<http://www.spsitecity.com.br/megalopole/intern> acessado em 24/01/11

http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf acessado em 29/01/2013